

Viagem ao “Coração do Brasil”: Roquette-Pinto e a Expedição de 1912

RITA DE CÁSSIA MELO SANTOS¹

Médico de formação, Roquette-Pinto converteu-se à antropologia a partir dos trabalhos desenvolvidos no Museu Nacional a partir de 1906 quando nele ingressou como assistente da 4ª seção de antropologia, etnografia e arqueologia. Dos exercícios realizados nesse período, destacam-se, notadamente, os resultados obtidos na expedição ao atual Estado de Rondônia em companhia da Comissão Rondon. Posteriormente transformada em livro, tal experiência valeria ao então antropólogo o reconhecimento público jamais alcançado por quaisquer outros de mesma profissão.

A expedição que se materializou em 1912 estava planejada para acontecer em abril de 1911. Numa carta de Rondon² a Roquette-Pinto, datada em 12 de março de 1911, ele responde às prováveis inquietações do viajante. Fala que a única preocupação de Roquette-Pinto deve ser com sua saúde, que estava, há pouco, debilitada. As inquietações do antropólogo, no entanto, parecem ser de outra ordem que não a sua saúde. Versam sobre a aprovação do chefe da 4ª Seção, Sérgio Domingues, à viagem idealizada. Rondon responde que acertará tal projeto diretamente com o Ministro, assim que chegar ao Rio. Apesar dos planos e indicações, a viagem não se realizou em 1911. Roquette-Pinto somente irá à região do Vale do Juruena e Serra do Norte em julho de 1912, quando estava em curso a 4ª expedição realizada pela Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA).

Não foi possível localizar quais motivações teria Domingos Carvalho para contrapor-se aos projetos de Roquette-Pinto naquele momento. Pelo relatório do ano de 1914³, Carvalho indica uma leitura satisfatória da iniciativa e uma excelente solução à formação dos acervos, sendo inclusive por ele requerida que tal parceria fosse estendida a outros ministérios. Também sugere a Batista Lacerda que interviesse nos Ministérios

¹ PPGAS/MN/UFRJ, Doutoranda, CNPq.

² Carta de Cândido Rondon a Roquette-Pinto, em 12/3/1911, ABL, Acervo Roquette-Pinto, p 28 01 04.

³ Relatório de atividades, 4ª Seção, 1912. SEMAR/Museu Nacional.

da Guerra, Viação, Marinha e nas Comissões de Limites do Ministério das Relações Exteriores para que tais empreendimentos fossem por eles incorporados e assim pudessem ampliar ainda mais o material das coleções que já vinham sendo complementadas pelas doações da Comissão. Como é possível perceber, em pouco menos de dois anos, as expedições de integrantes do Museu Nacional em companhia da Comissão Rondon tornaram-se significativas à formação de coleções da instituição e modelo para implementação de parcerias com outras instituições.

A CLTEMTA atuou no Oeste do Brasil de 1907 a 1915 e fez parte de um amplo processo de conquista e afirmação da presença do Estado brasileiro em suas fronteiras, ao mesmo tempo em que constituiu um importante mecanismo de conhecimento das riquezas e potencialidades lá existentes⁴. A bibliografia relativa à temática é unânime em referir-se à experiência anterior de trabalho de Cândido Rondon com a Comissão Construtora de Linha Telegráfica responsável pela ligação de Goiás a Mato Grosso, de 1891 a 1898, sob o comando de Antônio Ernesto Gomes Carneiro e o período em que interligou Cuiabá a Corumbá, de 1900 a 1906, como os momentos nos quais Rondon pode constituir as técnicas de atração e pacificação largamente utilizadas pela CLTEMTA durante sua existência (LIMA, 1985; ERTHAL, 1992).

Não obstante, para os fins desse trabalho, interessa-me focalizar as redes de relações estabelecidas entre os integrantes da Comissão e os indígenas por Roquette-Pinto estudados, na região do vale do Juruena e Serra do Norte. Por isso, me deterei exclusivamente no período de atuação da CLTEMTA de 1907 a 1915. Pretendo com essa proposta explorar as conexões do antropólogo com o empreendimento de conquista e domínio territorial empreendido pela Comissão Rondon no período citado. Permitindo assim, conhecer as circunstâncias nas quais tanto sua etnografia quanto as coleções depositadas no Museu Nacional foram produzidas. Tal proposição pretende estabelecer uma conexão com as demandas contemporâneas colocadas aos Museus e instituições congêneres, pelas populações provindas daquela situação de pesquisa.

⁴ Para o primeiro aspecto ver LIMA (1985, 1995) e para o segundo, LIMA; SANTOS; COIMBRA (2005) e SÁ; SÁ; LIMA (2008). Cabe aqui destacar, tal como LIMA; SANTOS; COIMBRA (2005) já fizeram, que nesse mesmo período ocorreu uma ampliação do processo de conquista e conhecimento dos sertões brasileiros. Sobre esse último aspecto, ver: LIMA (1999, 1998).

Os caminhos do antropólogo

Roquette-Pinto inicia sua viagem à Serra do Norte em 22 de julho de 1912 pelo caminho fluvial através do Rio Paraguai de onde seguia até Corumbá. De Corumbá a Cáceres seguia em uma lancha. E de Cáceres a Tapirapuan em uma plancha (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 36;47;61). Em Tapirapuan, Roquette-Pinto chegava à cidade de onde partiam as tropas de abastecimento rumo ao posto avançado de construção da Linha Telegráfica, nessa época, situado a 100 léguas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.66). Os transportes continuavam a ser realizados em três etapas, tal como fora a ocupação inicial empreendida por Rondon entre 1907 e 1910: de Tapirapuan ao Juruena, do Juruena a Campos Novos e de Campos Novos a José Bonifácio, local onde a construção da linha telegráfica avançava rumo a Santo Antônio do Madeira, seu destino final (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.66).

A escolha pelo caminho fluvial não eximiu o viajante de todos os percalços. A segunda etapa era realizada, sobretudo, a cavalo ou a pé. O trajeto de Tapirapuan até o encontro com a expansão da Linha era permeado de ameaças. É certo que até a metade do caminho, por volta do km 50 da estrada do Juruena o caminho era mais brando, podendo os viajantes contar com as melhores estradas carroçáveis. A travessia, a partir desse ponto até a chegada à Aldeia Queimada, é indicada como o pior trecho. Subidas íngremes em chão de areia fofa acompanhavam o viajante que não podia contar com fontes de água ou sombras (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.71).

Ao chegar na Aldeia Queimada, Roquette-Pinto dá início à trajetória de contato com os Parecis. Lá, encontra o grupo Uaimaré, que se localiza no Utiarití e no Salto Timalatiá. Os dois grupos *Kozáriní* e *Kaxinilí*, do Rio Verde e das cabeceiras do Júba, do Cabaçal, do Jaurú e do Guaporé, também estavam na Aldeia Queimada. Segundo Roquette, o posto dessa aldeia era, em 1912, “pelos esforços do tenente Emanuel Amarante, um grande centro pareci.” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.73). Além dessa região, os Parecis viviam espalhados pelas cabeceiras dos tributários do Paraguai, do Juruena, do Guaporé, e no planalto do seu nome; “o ‘chapadão’ triste, arenoso e inhospito, é a patria parecí.” (ROQUETTE-PINTO, 2010, p.80)

Localizar os Nambiquaras, no entanto, não será tarefa tão rápida. Desde 1910, eles passaram a ser atraídos ao posto de Campos Novos por meio das roças. Mas, com a escassez de presentes e mesmo de alimentos provocada pela seca e pela grande crise de transporte, havia muitos dias antes da chegada de Roquette-Pinto que não eram vistos por lá. O mesmo se deu no posto Juína e de Uáikoákorê (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.106-107). Nessas ocasiões, eram os índios que socorriam o pessoal da Comissão fornecendo-lhes alimentos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 106).

Os Nambiquaras somente serão encontrados após um mês de viagem pelos sertões. Ao avistar os primeiros rastros e uma fogueira, a comitiva seguiu em sua direção. Lá encontrou um grupo e chamando-lhes de amigos em língua nativa, em meio à escuridão da noite, logo os atenderam. Em seguida ao encontro, a Comitiva inicia larga distribuição de presentes que passa a ser requisitada veementemente pelos indígenas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.107). Apesar da excitação e ansiedade de Roquette-Pinto em encontrar os Nambiquaras, a expedição seguiu viagem até o pouso no Rio Primavera, deixando-os no lugar em que estavam.

Os dois grupos, índios e integrantes da Comitiva, se conhecem e sabem se encontrar. Logo pela manhã, os Nambiquaras vão ao encontro da Comitiva no pouso. Repetem às avessas o gesto da noite anterior. Agora são eles que chegam ao Primavera emitindo os mesmos gritos de chamamento. A grande surpresa parece ter existido só para o antropólogo que, naquela noite, não conseguiu dormir tomado de emoção. Em suas palavras,

“dormir, naquela noite inesquecível em que a sorte me tinha feito surpreender, vivo e activo, o ‘homem da idade da pedra’ recluso no coração do Brasil, a mim, que acabava de chegar da Europa, e estava ainda com o cerebro cheio do que a terra possui de requintado, na diferenciação evolutiva da humanidade!”. (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.108).

Nesse dia, cerca de 50 indígenas Nambiquaras foram ao Primavera, o que Roquette-Pinto classifica como sendo o início da “parte essencial” de seu programa de pesquisas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.109). Aí foram realizados filmes, chapas, notas, vocabulários. O autor sugere que os indígenas não se colocavam em situação de inferioridade frente aos domínios do homem de ciência. Exemplos são a citação de que

um índio chegou a olhá-lo “com soberano desprezo durante alguns minutos” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.109) e de que muitos outros recebiam a pesquisa com desconfiança. Eram ariscos e não consentiam nos exames propostos pelo antropólogo (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 112; 115; 117; 122; 125). Outros o aceitavam com mais facilidade (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.114).

Roquette-Pinto prossegue em sua narrativa de como ocorreu a entrada pelos sertões. Segue até Campos Novos, identificado por ele como o “quartel general” e “Cruz Vermelha daquelas terras”, para onde os índios Nambiquaras são constantemente atraídos por meio da distribuição de presentes que pouco a pouco vão se tornando habituais e muito valorizados pelos indígenas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.111). Nesse posto, indica ter estado sempre acompanhado por numerosos grupos provenientes de aldeias diversas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.112). Em Três Buritis, volta a se deparar com o esvaziamento anterior. Mas, no pouso seguinte, Campos de 14 de Abril, consegue localizar um grupo com mais de 200 Nambiquaras, com suas mulheres e filhos. Conta para isso com o auxílio dos amigos de índios, Gastão Soares e João Lucas, telegrafista da Estação e vaqueiro, que o acompanhavam (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.113-4). Todos permanecem alguns dias acampados no entorno do pouso do antropólogo. Sem dúvida, “tempo precioso” à pesquisa (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.113-4).

Além das mensurações antropométricas realizadas, Roquette-Pinto procedia utilizando como mecanismos de pesquisa, a realização de indagações prudentes e metódicas, com questionamentos sucessivos; a apresentação do fenômeno ou do objeto (para os casos de estudos de vocabulário) e o acompanhamento sistemático das conversas nos pousos e ranchos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.80; 102; 178; 96).

O par confiança/desconfiança era apontado por Roquette-Pinto como um elemento central para realização da pesquisa e não estava de modo algum restrito à relação pesquisador/pesquisado (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.115; 122; 125). Eram nos locais onde os índios mais confiavam nos integrantes da Comissão de Linhas Telegráficas (alguns deles eram indígenas) que suas investigações podiam ser realizadas com mais eficácia. Penso serem essas considerações resultado do que estou apontando aqui, a partir de Oliveira (1999), como padrões de interação conformados pelo acúmulo

das experiências anteriores dos atores envolvidos em situação. Desses padrões, atualizados e confrontados em campo, passam a decorrer expectativas e crenças orientadoras da interação a partir daí.

Após o levantamento dessas informações, Roquette reafirma que antes das expedições da Comissão Rondon de 1907, não existiam senão vagas notícias sobre os índios da Serra do Norte, tida como a população primitiva, mais oriental do continente sul-americano (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.24). Com a Comissão, Roquette-Pinto encontrará um quadro de oposição entre os indígenas da região semelhante ao que o seu levantamento histórico indicava. Esse quadro sugere que há dois grupos populacionais que se antagonizam. Um, os Parecis, tratados como os que tomam parte nos trabalhos da Comissão, abrem as trilhas por onde ela avança, atuam na região do entorno dos postos, com o cultivo de roças e afins. O outro situado como o que constantemente ataca a Comissão, que toma as roças dos Parecis e que os afugentam: os Nambiquaras.

Com o avançar da colonização sobre a área Pareci, muitos desses indígenas passaram a atuar nas fazendas de gado e nos seringais, onde, segundo Roquette-Pinto, se desmoralizam e levam uma existência precária (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 93). Para o autor, era através dos seringueiros que os vícios e o mau costume eram infiltrados no meio Pareci, impedindo-os de tornarem-se produtores (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200). Os trabalhos promovidos pela Comissão, segundo seus registros, permitiam aos Parecis procederem como “verdadeiros sertanejos” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.93). Os sertanejos eram tidos por Roquette-Pinto como uma raça forte, cujo trabalho, abnegação e resistência teriam contribuído decididamente para a obra de conquista de Rondônia (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.99, 201).

Estes Nambiquaras são situados como os que respondem pelos ataques sucessivos e que se contrapõem ao avanço da Comissão. A história de entrada da Comissão na Serra do Norte, narrada por Roquette-Pinto, é a história desses conflitos e ataques sucessivos. A cada investida da Comissão em seu território, os índios Nambiquaras revidam com novos ataques, que se estendem desde o período do “Grande Reconhecimento” (1907-1909) à chegada de Roquette-Pinto, em 1912, e prosseguem após sua saída.

Oliveira (1988), ao analisar as relações entre o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o grupo indígena Ticuna, da região do Alto Solimões – Amazonas, enfoca a “dominação como um processo social”. Sugere o autor que “as implicações de uma situação colonial sobre os grupos nativos não se esgotam em descrições e análises de caráter polarizado e simplificador”. Além disso, é necessário desenvolver uma “teoria sobre os fundamentos internos da dominação”, percebendo a “forte e íntima articulação que criam entre si as instituições nativas e as instituições coloniais” (OLIVEIRA, 1988, p.10). No caso das relações entre Roquette-Pinto e os Nambiquaras se é difícil recuperar como o sistema nativo atribui significação simbólica às instituições coloniais, o relato publicado na obra *Rondônia* fornece elementos para perceber algumas estratégias indígenas.

Para conter a ocupação de seus territórios, tanto pelos membros da Comissão, quanto pelos fazendeiros, seringueiros e outros índios, os Nambiquaras desenvolveram táticas variadas e devidamente inventariadas por Roquette-Pinto. Construía suas aldeias sob pequenas colinas e longe de cursos de água. Assim, conseguiam observar e melhor dominar o território vizinho com que travavam lutas constantes (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.153). A escolha dos terrenos para construção das aldeias também era direcionada. Elas eram erguidas em meio aos cerrados, onde há mais elementos de proteção e suas palhoças facilmente se confundem com a vegetação (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.154).

Os grupos considerados “hostis” também são inventariados. Os que ocupam as margens do Juína, do Juruena e do Guaporé são indicados por Roquette-Pinto como os responsáveis pelos ataques a Rondon, ao tenente Nicolau Barbosa, aos soldados Rozendo e Gouveia e os incendiários do posto no Rio Buriti (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.192).

Essas informações me levam a considerar que os ataques não eram de modo algum desordenados ou destituídos de propósitos. Os índios Nambiquaras, nesses anos de confronto e avanço sobre seus territórios, conseguiram ordenar táticas de confronto e de identificação de seus oponentes, apesar dos mecanismos desenvolvidos por esses para conquistar a sua confiança. Aqui me refiro especialmente às técnicas de pacificação e atração descritas por Ribeiro (1958, 1962); Erthal (1992).

Dessas técnicas, os presentes figuravam como instrumentos essenciais de negociação e apaziguamento de conflitos. Deles se utilizam todos os atores acima descritos. Rondon, os empregados da Comissão, o antropólogo e os índios a eles recorreram em situações distintas e de modos variados. Como lembra Appadurai (1986), os “presentes vinculam coisas a pessoas e inserem o fluxos de coisas no fluxos de relações sociais” (1986:25), conformando assim um poderoso instrumento de sociabilidade.

Os presentes parecem ser a grande motivação do comparecimento dos indígenas aos postos da Comissão. Roquette-Pinto frequentemente se refere à falta deles como principal motivo para o esvaziamento dos Postos quando da sua chegada (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.106). Essa tática de atração é ainda um dos meios de que se apropria o antropólogo para que os índios participem dos exames e das mensurações antropológicas. O período de oferta de alimentos nos postos coincide com os momentos em que os índios se mostram mais “doceis” aos exames, como em Campos Novos e Buritís⁵ (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 114).

Apesar do quadro constante de confrontos, Roquette ressalva que esses são circunscritos, resultado “de imprudência, ousadias ou mesmo do excesso de confiança por parte dos nossos”, fatos locais e pessoais, que em nada afeta o equilíbrio geral da situação (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.30). Os conflitos de certo não inviabilizavam a atuação da Comissão. Em 1912, a Aldeia Queimada (denominação que remete à origem de sua fundação) era um grande centro Pareci (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.73). Nessa mesma época, Campos Novos já constava como um centro de atração Nambiquara – onde iam buscar brinde e presentes a que se habituaram (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 111).

Transformações, sem dúvida, foram postas em curso com a entrada da Comissão e do antropólogo no cenário de disputas locais. A região como um todo vinha sofrendo alterações desde antes da atuação da CLTEMTA. Com a sua entrada, ao pacificar os sertões e abrir estradas, o que a Comissão realizou foi, além de estender o fio telegráfico, potencializar a valorização das terras que iam se convertendo em áreas

⁵ A recusa dos índios era acatada pelo antropólogo. Registrava, nos lugares em que os índios não consentiam com os exames, não ter obtido dados suficientes à elaboração de conclusões mais seguras (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.117,122, 125).

produtivas. Desde o período do “Grande Reconhecimento” que a Comissão havia dado início às primeiras ocupações. Suas entradas eram acompanhadas por grandes queimadas que abriam os pastos para os bois e evitavam a conformação de espaços em que os índios pudessem esconder-se nas próximas investidas, numa tentativa de dificultar suas táticas de combate.

Essas transformações não passaram despercebidas a Roquette-Pinto: ele nota que na área Guató, anteriormente estudada por Schmidt em companhia da Comissão e tida por uma região importante, de valentes canoieiros, restou apenas Joaquim, Guató cego cuidado por sua mulher, morador de uma figueira (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.52). Ele observa a expansão, entre Corumbá e Cáceres, das usinas da Companhia Cibilis, produtoras de extrato de carne e detentora de grandes manadas de boi Cibilis. Esses animais, ariscos e somente abatidos com tiros de espingarda, tiveram seus pastos aumentados significativamente após as entradas da Comissão Rondon (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.56).

As transformações se davam também em campos muito distintos das relações de trabalho e domínios territoriais. O uso do escudo venatório, feito de folhagens, ao lado dos fuzis modernos de repetição fornecidos aos Parecis pela Comissão Rondon ou ainda a recorrência à antiga troca de nomes, para despistar a doença, continua a ser utilizada pelos Parecis mesmo quando submetidos aos cuidados da Ciência Médica⁶ e indicam os limites da credulidade depositada pelos índios na civilização (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 82).

A participação dos membros da Comitiva e do próprio Roquette-Pinto nesse quadro social não deixou de ser registrada. Mostrar o rosto pintado em vermelho era sinal de especial simpatia entre os índios Nambiquaras-Tagnanis e foi assim que Roquette e a Comissão foram recebidos em Três Buritis (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.167). Ainda nessa aldeia, os Tagnanis em companhia dos Taitês (outro dos grupos que compõe os Nambiquaras) ofereceu-lhes uma dança festiva em que todos tomaram parte (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.172). Não só com rituais festivos o grupo era

⁶ Ficha Datiloscópica, Acervo Antropologia Física do Museu Nacional, AFT.8.2.004, doc 43.

recebido. Nas proximidades do Rio Formiga, com hospitalidade desmesurada foram acolhidos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.193).

Nas descrições de Roquette-Pinto, tanto as gentilezas quanto os conflitos não eram eventos esporádicos. Os relatos sugerem que relações de amizade e confiança foram estabelecidas ao longo dos anos de ocupação. Entre os Nambiquaras, Roquette-Pinto faz menção a Nuléke e Krikricêknerá como dois amigos de que Pirynneus certamente dispõe na Serra do Norte (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.192). Entre os Parecis, Libanio Koluizôrôcê é apresentado como homem de confiança de Rondon (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.197).

Se, por um lado, o conhecimento antropológico e o conjunto de experiências anteriores de Roquette-Pinto o habilitaram a registrar o que até foi explicitado; por outro, somente com a incursão prévia da CLTEMTA e as parcerias até então estabelecidas, foi possível ao antropólogo num tempo tão diminuto realizar tais atividades. Passemos a análise dessas incursões prévias.

Os caminhos previamente traçados

Em 1907, a CLTEMTA realiza a sua primeira expedição, com saída em Cuiabá para alcançar o rio Juruena. O plano traçado almejava estabelecer um posto avançado no Juruena e dali chegar ao Rio Madeira, de onde alcançaria Santo Antônio do Madeira – ponto final da linha telegráfica. Até então, poucas notícias havia sobre o grande rio. As cartas eram imprecisas e somente o trabalho de desbravamento por terra poderia constituir os caminhos da Linha. Contando com o apoio dos seringueiros locais no fornecimento de tropas de burro, comida e hospedagem e utilizando-se das trilhas abertas pelos índios Pareci, desde muito empregados nos seringais, em pouco mais de 50 dias de expedição, Rondon alcançou o Juruena (ERTHAL, 1992, p.88). Para onde retornará somente em 1908, com a 2ª expedição, tendo por objetivo alcançar a Serra do Norte.

Foi durante a 2ª expedição que Rondon inaugurou o primeiro destacamento, na margem esquerda do Rio Juruena, com 52 homens comandados pelo 2º tenente José

Joaquim Teixeira da Silveira (ERTHAL, 1992, p. 108). Era seu objetivo estabelecer os primeiros destacamentos, para em seguida proceder a sedentarização dos índios Parecis no entorno dos postos. Aproveitando, assim, sua mão de obra para manutenção da linha, criação de gado e cultivo de plantações (ERTHAL, 1992, p.119). Foi também durante essa expedição que os primeiros indícios da presença dos índios Nambiquaras começaram a ser avistados. A partir da 2ª expedição, diferentemente das outras, Rondon transitará, pela primeira vez, em regiões desconhecidas e sabidamente em poder de índios hostis (ERTHAL, 1992, p.89).

Na 3ª expedição, realizada ao longo de 1909, Rondon almejava alcançar o Amazonas partindo do Juruena. Nessa expedição, pôde contar com a presença de Miranda de Ribeiro, naturalista do Museu Nacional, que havia se dirigido à região com Cícero Campos e Frederico Hoehne ainda no ano anterior para acompanhar os trabalhos da Comissão e, assim, acessar as reservas de espécimes desconhecidos (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 791). Além de Miranda de Ribeiro e Rondon, a expedição contava ainda com a presença do médico Joaquim Tanajura, do Comandante de Pelotão, Antônio Pirineus de Souza e dos tenentes Emanuel Silvestre Amarante e Antônio Pirineus, num total de 42 homens (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p.791).

A comitiva foi dividida em três frentes. A primeira seguiria rumo ao Jaci-Paraná, pelo Norte; a segunda, pelo Amazonas até a foz do Rio Madeira; e, a terceira, sob comando de Rondon, foi pelo Sul através da floresta amazônica (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 792). Em Campos Novos, Rondon fundou mais um posto avançado, e ali deixou sob comando de Severiano Godofredo, 10 homens, 40 bois de cangalha, 21 burros, 3 cavalos e provisões (ERTHAL, 1992, p.119). O restante da comitiva seguiu em direção ao Amazonas.

Todas as perspectivas poderiam parecer a Miranda de Ribeiro favoráveis a seu empreendimento de pesquisa. Seguiria pela floresta amazônica nunca investigada; em companhia de Rondon, experimentado desbravador dos sertões brasileiros e conhecedor das línguas indígenas e, ainda, teria o apoio e proteção da comitiva. No entanto, o percurso foi muito mais surpreendente do que as expectativas que poderia ter Miranda de Ribeiro. Em poucos meses, faltaram provisões, começou o período de chuvas, os ataques dos insetos e as febres. Diante do risco que corriam, Rondon desfez-se dos

animais cargueiros e, com eles, das coleções de história natural e chapas fotográficas recolhidas até ali (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p.793).



Avanço da Comissão Rondon nos estados do MS, MT e RO de 1890 a 1915, fonte: FREIRE (2009:35)

Segundo Erthal (1992), ao final dessa longa travessia (trecho em verde na figura acima) que ficou conhecida como “o Grande Reconhecimento”, o saldo de contato com os indígenas por onde passaria a linha é insignificante. Os Parecis já eram um grupo de longa trajetória de contato com os nacionais e, por isso, não podiam ser contabilizados

entre os grupos “atraídos”⁷; os Nambiquaras, principal objeto de conquista, tiveram seu território somente atravessado e reconhecido, sem ocupações significativas. E a coluna expedicionária que chegou ao Rio Pardo era composta somente por um grupo “estropiado, faminto e doente” (ERTHAL, 1992, p.141).

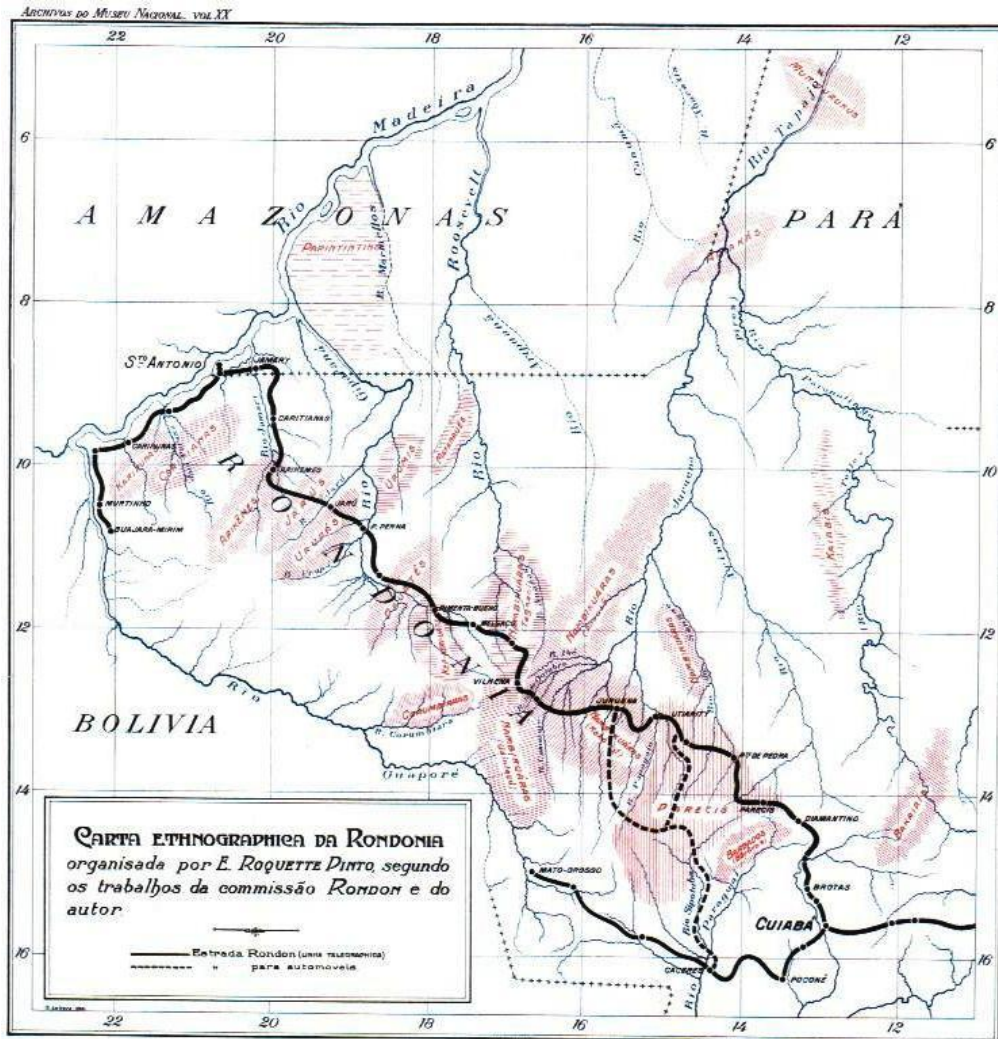
Erthal (1992) pela leitura atenta dos relatórios e documentos anexos produzidos pela Comissão Rondon, de 1900 a 1915, desmonta o mito dos desertos inóspitos conquistados por Rondon através da atração e pacificação dos índios, nos primeiros anos de fundação da Comissão. Segundo a autora, no período anterior à ocupação do Vale do Juruena e da Serra do Norte,

“a expedição prossegue e vai encontrado um sertão bruto, de difícil domínio, mas já bastante pontuado de grandes fazendas de gado. Essas terras já tem dono, e eles não são mais os índios. Rondon não está, de maneira nenhuma, desbravando terras, nem existe uma luta aberta, deflagrada, entre índios e brancos.” (ERTHAL, 1992, p.63)

Para a autora, a Comissão, nesse momento, atuou muito mais como ordenadora das relações entre os diferentes grupos sociais (incluindo-se os índios) que buscavam ocupar um espaço na fronteira entre o Brasil, Paraguai e Bolívia do que como desbravadora de sertões desconhecidos e pacificação de grupos hostis (ERTHAL, 1992, p.74).

Apenas em janeiro de 1910, a Comissão iniciou contatos com os índios Nambiquaras, atraídos ao posto de Campos Novos pela oferta de roças (ERTHAL, 1992, p.170). Em junho do mesmo ano, presentes mais significativos como ferramentas, começaram a ser ofertados aos indígenas e, a partir daí, os contatos tornaram-se cada vez mais frequentes (ERTHAL, 1992, p.171). Os contatos com os Parecis, que até então atuavam como guias e abriam as trilhas para a Comissão, também foram modificados. Seus chefes passaram a ser presenteados com armas e munições e a contribuir para o controle territorial da população Nambiquara (ERTHAL, 1992, p.144).

⁷ A autora apreende por meio de sua pesquisa o seguinte sentido para o termo ‘atração’: “estabelecimento de contato regular com povos indígenas hostis e arredios dentro de regras pré-estabelecidas” (ERTHAL, 1992, p.144).



"Carta Ethnographica da Rondonia: organizada por E. Roquette Pinto, segundo os trabalhos da comissão Rondon e do autor" (ROQUETTE-PINTO, 2005:31)

Na época de inserção de Roquette-Pinto, portanto, já haviam sido consolidados, pela Comissão de Linhas Estratégicas, os caminhos de acesso ao Vale do Juruena e à Serra do Norte; uma trajetória de parceria com o Museu Nacional; as estratégias de conquista e ocupação das terras situadas a Oeste do Brasil e os mecanismos de gestão de suas populações. No mapa acima com a localização dos grupos indígenas produzida por Roquette-Pinto a partir das informações dos integrantes da Comissão é possível conhecer o alcance que detinha o empreendimento da CLTEMTA e sua relação com essas populações. Todo o entorno da linha estava atravessado por territórios indígenas.

Roquette-Pinto não desconsidera essas condições, reconhece que pelas facilidades que Cândido Rondon lhe proporcionou, “pela dedicação do tenente Pyrinneus, pela boa vontade de todos os funcionarios daquela empresa sem par, pude realizar, em cerca de cinco mezes, o que exigiria mais de um anno fora de taes condições.” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.200), mas explicita não ter tomado parte do empreendimento de exploração da região. Foi lá em 1912 realizar apenas o sonho “de estudioso” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.32). Outros há muito já tinham dado início à realização do sonho de “exploração”.

Considerações Finais

As relações estabelecidas entre índio e antropólogo decorrem, por um lado, como vimos, dos benefícios materiais de que dispõe Roquette-Pinto e os demais membros da Comissão. Por outro, a proteção e incentivo às práticas culturais podem ser lidos como um dos elementos de construção de identificação entre esses dois grupos em oposição ao realizado pelos seringueiros e fazendeiros. Foi Amarante, tenente da Comissão que conduziu o levantamento da Aldeia Queimada, para onde foram atraídos vários grupos Parecis (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.73). Rondon, para produzir seus relatórios, em muito teve que investir no conhecimento do vocabulário Pareci e em longas conversas com esses indígenas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 80). A pedido de Roquette-Pinto, Luiz Cintra, índio Pareci, promoveu um grande Kaulonená, onde se celebrou a morte de um veado, bebendo olonití. Assim, pode Roquette-Pinto gravar no fonógrafo a música das principais cantigas parecis, “Ualalôcê, Teirú, Ce-iritá, etc. (Phonogrammas ns. 14.594 e 14.595)” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 83). São acontecimentos que marcam a vida indígena e fazem com que eles sintam-se reconhecidos e acolhidos.

Ao fim do percurso físico e narrativo de Roquette-Pinto à Rondônia, a associação com a Comissão Rondon deu-se de modo irredutível. A política intervencionista elaborada por Roquette-Pinto indica sua estreita vinculação às propostas rondonianas de proteção tutelar. A priori, é preciso registrar que do conjunto das populações indígenas, Roquette-Pinto identificava dois grandes grupos, não

distinguíveis necessariamente entre Nambiquaras e Parecis. Tal como na idealizado por Rondon⁸, os indígenas que haviam sido “assimilados” pela “cultura brasileira do interior”, que trabalhavam, produziam e desejavam aprender, “não eram mais índios” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200). E, o segundo, corresponde aos índios “infiltrados de maus costumes pelos seringueiros viciosos” são “vadios” não podem ser contados “como produtores” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200). É o caso de deixá-los viver, acatando o ônus de sua manutenção como a sociedade acata os custos dos loucos, das crianças e dos enfermos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200). Deve-se “proteger” sem “dirigir, nem aproveitar” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 201). Tal responsabilidade sobre o segundo grupo advém da “grande dívida” contraída pela invasão dos seus territórios. Em termos radicais, Roquette-Pinto aponta suas distinções: “índio é índio; brasileiro é brasileiro” e não se deve buscar transformar os índios em cidadãos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 201).

Roquette-Pinto foi ao “coração do Brasil” para nele formular, por meio da colaboração da Comissão Rondon, as distinções entre índios e brasileiros. Forjara-se aí a parceria entre academia, por via da antropologia nascente do Brasil, e a conquista do Oeste brasileiro. As populações nessa ocasião imbricadas com o projeto nacionalizante e científico até hoje aguarda a compensação da “grande dívida” que ainda não chegou.

Referências bibliográficas

APPADURAI, A. (ed.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ERTHAL, R. **Atrair e pacificar**: a estratégia da conquista. Rio de Janeiro. 1992. 277f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

FREIRE, C.A.R. **Rondon**: a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília: Abravídeo, 2009.

LIMA, A.C.S. **Aos fetichistas, ordem e progresso**: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. 1985. 2v. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

⁸ Lima (2002, p. 12) igualmente aponta para aproximações entre essas proposições de Roquette-Pinto e os domínios da proteção tutelar tal como pensada por Rondon.

_____. **Um grande cerco de paz:** poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, N.T. **Um sertão chamado Brasil:** intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ/ UCAM, 1999.

_____; SANTOS, R.V.; COIMBRA JR., C.E.A. Introdução à Rondônia de Edgard Roquette-Pinto. In: ROQUETTE-PINTO, E. **Rondônia: antropologia-ethnographia.** 7.ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 25-39.

OLIVEIRA, J.P. Fazendo etnologia com os caboclos do Quirino: Curt Nimuendaju e a história ticuna. In: OLIVEIRA, J.P. **Ensaio em antropologia histórica.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p.60-96.

RIBEIRO, D. **O indigenista Rondon.** Rio de Janeiro: Publicações do Serviço de Documentação do MEC, 1958.

_____. **A política indigenista brasileira.** Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura, 1962.

ROQUETTE-PINTO, E. **Rondônia: antropologia-ethnographia.** 7.ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 25-39.

SÁ, D. M.; SÁ, M.R.; LIMA, N.T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro, v.15, n. 3, p. 779-810, jul-set. 2008.